

# 1816

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**AS CAUSAS IMEDIATAS DO CRESCIMENTO DA RENDA, DA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE E DA QUEDA DA EXTREMA POBREZA NA BAHIA, NO NORDESTE E NO BRASIL ENTRE 2003 E 2011**

**Pedro H. G. F. de Souza**





### **AS CAUSAS IMEDIATAS DO CRESCIMENTO DA RENDA, DA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE E DA QUEDA DA EXTREMA POBREZA NA BAHIA, NO NORDESTE E NO BRASIL ENTRE 2003 E 2011**

Pedro H. G. F. de Souza\*

---

\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. E-mail: <pedro.ferreira@ipea.gov.br>.

## Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
Presidência da República**  
Ministro Wellington Moreira Franco

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

### **Presidente**

Marcelo Côrtes Neri

### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

### **Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**

Renato Coelho Baumann das Neves

### **Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Rogério Boueri Miranda

### **Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

### **Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Rafael Guerreiro Osorio

### **Chefe de Gabinete**

Sergei Suarez Dillon Soares

### **Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

## Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2013

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.  
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: D31, I30.

# SUMÁRIO

---

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO .....	7
2 METODOLOGIA .....	8
3 RESULTADOS .....	12
4 CONCLUSÃO .....	19
REFERÊNCIAS .....	21
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	23



## SINOPSE

O objetivo deste trabalho é explicar as causas imediatas do crescimento da renda domiciliar *per capita*, da redução da desigualdade e da queda da extrema pobreza para cinco recortes geográficos – Brasil, Nordeste, Bahia, Região Metropolitana (RM) de Salvador e Bahia não metropolitana – durante o período recente de crescimento pró-pobre (2003-2011). Com base em decomposições dinâmicas dos três aspectos, este texto procura verificar se as mudanças dos últimos anos seguem ou não um mesmo padrão geral e discute sua sustentabilidade no longo prazo. Os resultados sugerem que o crescimento da renda, embora mais forte nas regiões mais pobres, foi, de modo geral, impulsionado principalmente pelo aumento da remuneração dos ocupados. No caso da desigualdade, o padrão é mais ambíguo, pois a queda foi mais forte nas regiões mais ricas, principalmente por causa da desconcentração dos rendimentos do trabalho. Nas demais regiões, em especial na Bahia não metropolitana, o Programa Bolsa Família (PBF) foi o mais importante. Com isso, tanto o crescimento quanto a redistribuição foram fundamentais para reduzir a extrema pobreza no Brasil e na RM de Salvador, mas nas demais regiões só o crescimento foi relevante. Parece existir espaço no curto e no médio prazo para garantir a continuidade da queda da desigualdade e da pobreza, mas, no longo prazo, será imprescindível promover uma maior desconcentração dos rendimentos do trabalho no Nordeste; em especial, nas áreas não metropolitanas da Bahia.

**Palavras-chave:** distribuição de renda; desigualdade de renda; pobreza; mercado de trabalho; Programa Bolsa Família (PBF).

## ABSTRACT<sup>i</sup>

This paper aims to explain the immediate causes of per capita income growth, the decline in income inequality and poverty reduction in five different geographic regions - Brazil, the Northeastern region, the state of Bahia, the metropolitan area of Salvador and nonmetropolitan areas of Bahia - between 2003 and 2011. More specifically, we assess whether these five regions followed the same general pattern and inquire about the sustainability of this process of pro-poor growth. Our results show that while

---

i. As versões em língua inglesa das sinopses desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.  
*The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's publishing department.*

income growth was higher in the poorer regions, it was generally driven by rising labor market earnings. The fall in income inequality, however, did not display such a clear-cut pattern: the richer regions experienced a larger decline in inequality, fostered mainly by the labor market, while the poorer regions became less unequal mostly due to the Programa Bolsa Família. Thus, both growth and redistribution contributed decisively to poverty reduction in Brazil and the metropolitan area of Salvador, but only income growth mattered in the other three regions. Therefore, the long-term prospects for pro-poor growth and poverty reduction in Brazil will hinge on a more equitable labor market in the Northeastern region and in the nonmetropolitan areas of Bahia.



## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é explicar as causas imediatas de três fenômenos inter-relacionados – o crescimento da renda domiciliar *per capita* média, a redução da desigualdade de renda e a queda da extrema pobreza – na Bahia, no Nordeste e no Brasil. Com isso, este texto dá continuidade a trabalhos anteriores que mapearam a evolução destes indicadores ao longo do tempo (Osorio e Souza, 2012) e delineararam o perfil da pobreza extrema para recortes geográficos semelhantes (Osorio *et al.*, 2011; Souza e Osorio, 2012).

A escolha desses recortes geográficos se justifica em função das próprias disparidades regionais brasileiras, que tornam necessária uma análise mais refinada do que apenas a dos números agregados. A região Nordeste, em particular, merece uma atenção especial, pois concentra as Unidades da Federação (UFs) com menor renda *per capita*, apresenta altos índices de desigualdade e tem um peso desproporcional nas estatísticas nacionais de extrema pobreza. Analogamente, o estado da Bahia foi escolhido pelo mesmo motivo: por ser a quarta maior UF do país, com mais de um quarto da população nordestina e 7% da população nacional, e conjugar um baixo nível de renda *per capita* com uma desigualdade de renda comparável à do país inteiro. A Bahia é a UF com maior número de pobres no Brasil.

Logo, entender o que está acontecendo na Bahia e, de modo mais geral, no Nordeste ajuda a iluminar as perspectivas futuras do crescimento pró-pobre no Brasil. Este estudo pretende fazer isto a partir de uma série de decomposições do crescimento da renda, da redução da desigualdade e da diminuição da pobreza que permitem estabelecer as causas imediatas de cada fenômeno e servem como base para previsões quanto a seus desdobramentos futuros.

O período 2003-2011, por sua vez, foi escolhido justamente por englobar os anos em que houve crescimento pró-pobre – isto é, a combinação entre o aumento da renda média e a diminuição da desigualdade (Barros *et al.*, 2006; Soares, 2006; Hoffmann e Ney, 2008; Souza, 2012).

O texto está dividido em quatro seções, incluindo-se esta introdução. A segunda seção apresenta os detalhes da preparação dos dados e a formalização das decomposições das variações na renda média, na desigualdade e na pobreza. A terceira seção traz os resultados e a discussão; a quarta seção resume as principais conclusões do trabalho.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Dados

As análises deste estudo são baseadas nos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) dos anos de 2003 e 2011. Foram considerados todos os moradores de domicílios particulares permanentes, exceto pensionistas, empregados domésticos e afins, e moradores de domicílios com rendimentos ignorados. Para assegurar a comparabilidade dos resultados de 2003, os resultados da PNAD 2011 excluem os domicílios em áreas rurais da região Norte, exclusive Tocantins.

Os rendimentos declarados nas PNADs foram classificados em quatro categorias: *i*) renda do trabalho; *ii*) benefícios incondicionais da seguridade social; *iii*) transferências do Programa Bolsa Família (PBF); e *iv*) outros rendimentos. Todos os rendimentos foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para 1º de outubro de 2011, conforme sugestão de Corseuil e Foguel (2002).

Os benefícios incondicionais da seguridade social são compostos principalmente por aposentadorias e pensões, mas também pelas transferências do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Como a PNAD não discrimina os rendimentos desta última fonte, foi utilizado o método dos valores típicos para desagregar o BPC dos *outros rendimentos* (variável v1273): para cada ano, todos os indivíduos que declararam um valor igual ao salário mínimo nos *outros rendimentos* foram considerados beneficiários do BPC (Barros, Carvalho e Franco, 2007). Todos os beneficiários da Previdência Social que recebem auxílios superiores ao salário mínimo foram agrupados em uma fonte de rendimentos à parte.

A identificação dos beneficiários e das transferências do PBF seguiu a lógica dos valores típicos. Foram considerados domicílios beneficiários do PBF todos aqueles cuja soma das *outras rendas* (v1273) dos seus membros – depois de subtrair o BPC – era maior do que 0 e menor ou igual ao valor máximo pago pelo PBF a cada ano (Soares *et al.*, 2010).

Em 2003, como ainda existiam muitos programas superpostos, esse valor máximo foi de R\$ 155,00, o que corresponde à soma de todas as transferências existentes naquele

momento – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação. Em 2011, o valor máximo foi de R\$ 306,00, equivalente ao teto do PBF para famílias extremamente pobres, com cinco crianças entre 0 e 15 anos e dois jovens de 16 ou 17 anos. Todos os rendimentos identificados do PBF foram atribuídos às pessoas de referência dos domicílios.

Finalmente, as outras rendas incluem tudo que é captado pela PNAD e não foi incluído nas categorias anteriores: os outros *outros rendimentos*, transferências da previdência privada, doações e rendimentos de aluguéis. Assim como no caso do PBF, todas as *outras rendas* foram atribuídas às pessoas de referência dos domicílios.

A análise da pobreza utilizou a linha de R\$ 70,00, em 2011, valor idêntico ao adotado pelo Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e pelo PBF no mesmo ano. Ao longo de todo o texto, os termos *pobreza* e *extrema pobreza* são utilizados de forma intercambiável.

Todas as análises foram conduzidas para cinco recortes geográficos distintos: o Brasil, o Nordeste, a Bahia, a Região Metropolitana (RM) de Salvador e as regiões não metropolitanas da Bahia. Como as PNADs não permitem análises ainda mais desagregadas espacialmente, estes cinco recortes foram escolhidos para representar não só o país, mas também a macrorregião e a UF com maior número de pobres.

## 2.2 Decomposição da variação da renda média

Em qualquer momento do tempo, a contribuição de uma fonte de rendimentos  $k$  para a renda domiciliar *per capita* média é dada pela multiplicação da proporção de indivíduos que recebem rendimentos de tal fonte ( $r_k$ ) pelo valor médio recebido por eles ( $y_k^*$ ). A soma destas contribuições equivale à renda média:

$$Y = \sum_{k=1}^K r_k \cdot y_k^* \quad (1)$$

Para decompor o crescimento ou qualquer variação na renda média entre dois momentos no tempo, basta fazer uma operação aritmética simples:

$$\Delta Y = \sum_{k=1}^K (\Delta r_k \cdot \bar{y}_k^*) + (\bar{r}_k \Delta y_k^*) \quad (2)$$

O primeiro termo é a contribuição das mudanças na proporção de recebedores de cada fonte (*efeito recebedores*), e o segundo é a contribuição de mudanças nos valores médios recebidos (*efeito médias*). A barra sobrescrita indica que se trata do valor médio entre os dois momentos no tempo. Para obter as contribuições percentuais para a variação da renda, deve-se dividir todos os termos da equação (2) por  $\Delta Y$ .

### 2.3 Decomposição da variação na desigualdade

O coeficiente de Gini é uma das medidas de desigualdade mais utilizadas em estudos empíricos. Um dos motivos para isto é que ele é facilmente interpretável: quanto mais perto de 0, mais igualitária é uma distribuição; quanto mais perto de 1, mais concentrada é a renda. Outro motivo para a popularidade do Gini é que ele pode ser decomposto por fontes de rendimentos – ou seja, é possível saber como cada uma das  $k$  fontes de rendimentos contribui para a desigualdade total (Shorrocks, 1982; Lerman e Yitzhaki, 1985).

A contribuição de cada fonte é dada pela multiplicação de sua participação na renda total ( $p_k$ ) e seu coeficiente de concentração ( $C_k$ ), que é uma medida do quão desigual é a sua distribuição. A desigualdade total é equivalente à soma das contribuições de todas as fontes de renda. Ou seja:

$$G = \sum_{k=1}^K p_k \cdot C_k \quad (3)$$

Os coeficientes de concentração variam dentro do intervalo (-1, +1). Eles atingem o valor mínimo quando uma fonte de renda é inteiramente apropriada pelo indivíduo mais pobre na distribuição total e o valor máximo quando ocorre o oposto – isto é, o indivíduo mais rico recebe todos os rendimentos de uma fonte. O coeficiente de concentração da renda domiciliar *per capita* é o próprio coeficiente de Gini.

Se  $i$  for o *ranking* de cada indivíduo na distribuição da renda domiciliar *per capita*,  $y_k$  for a renda do indivíduo  $i$  proveniente da fonte  $k$ , e  $\bar{y}_k$ , a renda média *per capita* da fonte  $k$ , então o coeficiente de concentração da fonte  $k$  para uma população com  $n$  indivíduos é dado por:

$$C_k = \frac{2}{n} \text{cov}(i, \frac{y_k}{\bar{y}_k}) \quad (4)$$

A partir das equações (3) e (4), é possível decompor as mudanças no coeficiente de Gini entre dois pontos no tempo por fontes de rendimentos de maneira análoga à decomposição da renda (Soares, 2006; Hoffman, 2006):<sup>1</sup>

$$\Delta G = \sum_{k=1}^K (\bar{C}_k - \bar{G}) \Delta p_k + \Delta C_k \bar{P}_k \quad (5)$$

O primeiro termo é o *efeito concentração* –, isto é, a contribuição de mudanças na concentração da fonte  $k$ , e o segundo, o *efeito composição* –, isto é, a contribuição de mudanças na participação relativa da fonte  $k$  na renda total.

## 2.4 Decomposição da variação na extrema pobreza

O debate contemporâneo sobre a decomposição de variações nos índices de pobreza em crescimento e redistribuição data do início dos anos 1990 (Kakwani e Subbarao, 1990; 1991; 1992; Tendulkar e Jain, 1990; 1991; Datt e Ravallion, 1992). Mais recentemente, estas abordagens tradicionais foram refinadas, de modo a eliminar o resíduo – ou seja, o termo de interação entre crescimento econômico e mudanças na desigualdade (Kakwani, 2000).

A decomposição pode ser aplicada a todas as medidas de pobreza aditivamente decomponíveis que possam ser completamente caracterizadas pela linha de pobreza ( $z$ ), pela renda média ( $\mu$ ) e pela curva de Lorenz ( $L(p)$ ):

$$P = P(z, \mu, L(p)) \quad (6)$$

A variação nas medidas de pobreza é, então, decomposta em dois elementos: o efeito do crescimento é dado pela variação na renda média, mantendo constante a distribuição da renda dada pela curva de Lorenz; o efeito redistribuição é o impacto sobre a pobreza das mudanças distributivas, mantendo constante a renda média. Se a linha de pobreza for constante – e os subscritos 1 e 2 indicarem, respectivamente, os valores no período inicial e final –, então:

$$\Delta P = (\Delta P)_{cresc} + (\Delta P)_{redis} \quad (7)$$

1. A versão anterior deste texto citava equivocadamente o artigo de Mookherjee e Shorrocks (1982) como origem da decomposição dinâmica do Gini por fontes de renda. O autor agradece a Rodolfo Hoffmann pelo alerta.

$$(\Delta P)_{cresc} = \frac{1}{2} \{ [P(\mu_2, L_1(p)) - P(\mu_1, L_1(p))] + [P(\mu_2, L_2(p)) - P(\mu_1, L_2(p))] \} \quad (8)$$

$$(\Delta P)_{redis} = \frac{1}{2} \{ [P(\mu_1, L_2(p)) - P(\mu_1, L_1(p))] + [P(\mu_2, L_2(p)) - P(\mu_2, L_1(p))] \} \quad (9)$$

A família de indicadores formalizada por Foster, Greer e Thorbecke (1984) está entre as medidas de pobreza mais populares e pode ser decomposta de acordo com as equações (7), (8) e (9). Na análise a seguir, optou-se por fazer a decomposição apenas do indicador P0 – isto é, da proporção de pobres na população.

### 3 RESULTADOS

A tabela 1 apresenta os dados para 2003 e 2011 das três variáveis de interesse para os cinco recortes geográficos da análise. Em relação ao Brasil, os desempenhos da Bahia e, em menor grau, do Nordeste foram ambíguos: por um lado, o crescimento da renda em ambos foi bem superior à média nacional; por outro, a redução da desigualdade foi mais lenta, especialmente na Bahia não metropolitana e em todo o estado da Bahia.

Naturalmente, os dois fenômenos estão inter-relacionados: como os estados nordestinos são mais pobres, o crescimento mais rápido de sua renda média já contribui por si só para reduzir a desigualdade nacional. O mesmo raciocínio pode ser aplicado às subdivisões da Bahia.

A queda da extrema pobreza foi generalizada e seguiu um ritmo mais ou menos semelhante: entre 2003 e 2011, os percentuais foram, aproximadamente, reduzidos à metade. Este fenômeno foi mais nítido no Brasil e no Nordeste do que na Bahia, onde a queda da extrema pobreza foi um pouco mais lenta.

Já a dinâmica interna da Bahia destoou um pouco desse padrão geral, pois o avanço foi maior justamente na área mais rica. A RM de Salvador combinou crescimento expressivo – ultrapassando, inclusive, a renda média nacional – com maior redução da desigualdade, embora ainda permaneça bem acima da média

brasileira. Com isto, a incidência da pobreza despencou de quase 12% para menos de 4%, número inferior ao do Brasil.

TABELA 1  
Renda domiciliar *per capita*, coeficiente de Gini e incidência da extrema pobreza – Brasil, Nordeste e Bahia (2003 e 2011)

Renda domiciliar <i>per capita</i> (2011) (R\$)			
Recortes geográficos	2003	2011	Variação (%)
Brasil	542	763	41
Nordeste	297	469	58
Bahia	307	504	64
RM de Salvador	483	797	65
Não metropolitana	252	399	58
Coeficiente de Gini (x100)			
Recortes geográficos	2003	2011	Variação (p.p.)
Brasil	58.1	52.7	-5.4
Nordeste	58.3	54.3	-4.0
Bahia	59.0	55.4	-3.6
RM de Salvador	61.8	56.1	-5.7
Não metropolitana	55.3	51.9	-3.4
Extrema pobreza (%)			
Recortes geográficos	2003	2011	Variação (p.p.)
Brasil	8.9	4.2	-4.7
Nordeste	19.1	9.1	-9.9
Bahia	18.4	9.1	-9.3
RM de Salvador	11.7	3.6	-8.1
Não metropolitana	20.5	11.1	-9.4

Fonte: microdados das PNADs 2003 e 2011.

A tabela 2 traz a decomposição do crescimento da renda média entre 2003 e 2011 para cada recorte geográfico. Há um padrão geral claro: em todos os casos, o aumento da remuneração média dos trabalhadores ocupados foi o componente majoritário do crescimento da renda domiciliar *per capita*, seguido pelo aumento na proporção de trabalhadores ocupados e pelo crescimento do valor médio dos benefícios incondicionais da seguridade social.

Na soma, a participação do mercado de trabalho no crescimento da renda oscilou entre 63% e 81% do total. As transferências previdenciárias e assistenciais da seguridade social vieram em segundo lugar, seguidas pelas contribuições do PBF

e das outras rendas. Pode-se dizer, portanto, que as transferências previdenciárias e as assistenciais – incluindo o PBF – têm efeitos de primeira ordem apenas modestos sobre a renda média; o que realmente faz a renda domiciliar *per capita* crescer é a elevação dos salários da força de trabalho.

Entre os cinco recortes geográficos analisados, os que mais se afastaram desse padrão geral foram as duas subdivisões da Bahia. Na RM de Salvador, a expansão do mercado de trabalho teve um peso muito maior com o aumento da proporção de empregados remunerados na população, chegando a quase 30% do crescimento total. Já o peso do aumento do valor médio dos benefícios da seguridade social foi bem menor, apenas 5% do total. Este último ponto se explica porque nesta região há relativamente poucos beneficiários que recebem o piso da Previdência Social ou o BPC – isto é, transferências vinculadas diretamente ao salário mínimo, que se elevou continuamente no período. Como a maioria dos reajustes para os outros benefícios apenas repôs as perdas inflacionárias, o efeito de médias foi pequeno.

O oposto ocorreu na Bahia não metropolitana, pois, em termos relativos, o peso do aumento da remuneração média do trabalho foi parecido, mas, em compensação, o efeito do aumento da proporção de trabalhadores foi pequeno. De fato, enquanto na RM de Salvador o percentual de trabalhadores ocupados remunerados subiu de 40% para 48% da população total, no resto do estado o crescimento foi bem mais lento, de 34% para 37%. Já o aumento do salário médio dos empregados se deu em ritmo semelhante, com elevação de pouco mais de 40% nas duas regiões. Por sua vez, o maior número relativo de benefícios da seguridade social vinculados ao salário mínimo fez com que o efeito de médias para este componente da renda fosse maior em termos absolutos e relativos nas áreas não metropolitanas.

De todo modo, o que explica o maior crescimento da RM de Salvador em comparação com o resto do estado é justamente a expansão do mercado de trabalho. Se tudo o mais permanecesse idêntico, mas a proporção de ocupados remunerados nas áreas não metropolitanas tivesse o mesmo aumento de 8 pontos percentuais (p.p.) registrado na RM de Salvador, o crescimento da renda média teria sido de 67%, contra os 58% observados.



TABELA 2  
Decomposição do crescimento da renda média – Brasil, Nordeste e Bahia (2003 e 2011)  
(Em %)

Brasil	Trabalho	Seguridade social	PBF	Outras	Total
Efeito recebedores	22	9	1	-2	30
Efeito médias	57	10	1	1	70
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
Nordeste	Trabalho	Seguridade social	PBF	Outras	Total
Efeito recebedores	10	10	2	-2	20
Efeito médias	60	15	3	2	80
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>24</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>100</b>
Bahia	Trabalho	Seguridade social	PBF	Outras	Total
Efeito recebedores	16	8	2	0	26
Efeito médias	56	14	3	1	74
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>22</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>100</b>
RM de Salvador	Trabalho	Seguridade social	PBF	Outras	Total
Efeito recebedores	27	10	1	2	39
Efeito médias	55	5	1	1	61
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>100</b>
Bahia não metropolitana	Trabalho	Seguridade social	PBF	Outras	Total
Efeito recebedores	10	9	3	0	22
Efeito médias	53	19	5	1	78
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>28</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>100</b>

Fonte: microdados das PNADs 2003 e 2011.

A decomposição da queda do coeficiente de Gini não apresenta um padrão único definido, como se vê na tabela 3. Para o Brasil, o efeito concentração foi predominante, impulsionado principalmente pela melhor distribuição dos rendimentos do trabalho e da seguridade social, enquanto nas áreas não metropolitanas da Bahia o efeito de composição foi o grande motor da queda da desigualdade. As demais regiões ficaram no meio termo entre estes extremos.

A importância relativa das fontes de rendimentos também variou muito. Nos locais de maior renda – o Brasil e a RM de Salvador –, o mercado de trabalho foi muito importante e o PBF teve apenas papel secundário. Já nas regiões mais pobres – o Nordeste, a Bahia e as áreas não metropolitanas deste estado –, o PBF foi a principal causa da queda da desigualdade.

Esse fenômeno tem duas explicações complementares. Por um lado, a boa focalização do PBF faz com que haja um número muito maior de famílias atendidas e sua participação

na renda total seja mais elevada nas regiões mais pobres. Com isso, a expansão do programa teve impacto excepcional nestes locais. Por outro lado, a contribuição absoluta do mercado de trabalho para a queda do coeficiente de Gini foi bem menor nestas regiões mais pobres do que, por exemplo, no Brasil ou na RM de Salvador.

Isso tem implicações importantes. Se as causas do crescimento da renda seguem um padrão relativamente uniforme em todos os cinco recortes geográficos, as causas da queda da desigualdade variam muito. Nas regiões mais ricas, tanto o crescimento quanto a queda da desigualdade foram provocados principalmente pela dinâmica do mercado de trabalho. Nas regiões mais pobres, o mercado de trabalho tem impulsionado o crescimento, mas contribuído muito pouco para a queda da desigualdade. Se não fosse a participação fundamental do PBF e, em menor grau, das transferências incondicionais da seguridade social, a desigualdade ficaria praticamente estagnada em patamares elevados no Nordeste, na Bahia e nas áreas não metropolitanas deste estado.

Como as transferências previdenciárias e assistenciais – incluindo o PBF – não podem continuar se expandido infinitamente, há motivos para questionar a sustentabilidade do processo de redução da desigualdade no Nordeste e na Bahia, principalmente nas áreas não metropolitanas. No curto prazo, sem dúvida, há espaço para expansões tanto da Previdência Social – via aumentos do salário mínimo – quanto, sobretudo, do PBF, como atesta o próprio lançamento do Programa Brasil Carinhoso, em 2012.

Como visto anteriormente, essas expansões provavelmente vão ter pouco impacto sobre a renda média, mas podem ser muito fundamentais para a redução da desigualdade. No longo prazo, contudo, será muito difícil trazer a desigualdade para níveis mais aceitáveis sem que haja uma transformação da dinâmica do mercado de trabalho.

TABELA 3  
Decomposição da queda do coeficiente de Gini – Brasil, Nordeste e Bahia (2003 e 2011)  
(Em %)

Brasil	Trabalho	Seguridade social	PBF	Outras	Total
Efeito composição	0	0	10	2	12
Efeito concentração	56	26	2	4	88
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>26</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>100</b>
Nordeste	Trabalho	Seguridade social	PBF	Outras	Total
Efeito composição	0	0	38	1	39
Efeito concentração	24	33	2	1	61
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>33</b>	<b>41</b>	<b>2</b>	<b>100</b>
Bahia	Trabalho	Seguridade social	PBF	Outras	Total
Efeito composição	1	0	39	1	41
Efeito concentração	18	35	4	2	59
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>35</b>	<b>43</b>	<b>4</b>	<b>100</b>
RM de Salvador	Trabalho	Seguridade social	PBF	Outras	Total
Efeito composição	0	1	10	1	12
Efeito concentração	58	22	2	5	88
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>23</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>100</b>
Bahia não metropolitana	Trabalho	Seguridade social	PBF	Outras	Total
Efeito composição	2	-2	56	0	57
Efeito concentração	9	28	4	2	43
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>26</b>	<b>59</b>	<b>3</b>	<b>100</b>

Fonte: microdados das PNADs 2003 e 2011.

A queda generalizada da extrema pobreza é uma consequência natural da combinação existente entre crescimento econômico e redução da desigualdade, mas, tanto na teoria quanto na política, é interessante avaliar com precisão qual a contribuição relativa de cada elemento. A tabela 4 apresenta os resultados da decomposição da queda da extrema pobreza para os cinco recortes geográficos em questão.

Assim como no caso da desigualdade, não há um padrão geral claro. No nível nacional, quase 60% da queda da pobreza decorreu do crescimento da renda média, e os outros 40%, da redução da desigualdade. Como o Nordeste cresceu mais e teve menor redução da desigualdade, não causa espanto que o aumento da renda média tenha representado mais de quatro quintos da queda da pobreza. O mesmo raciocínio se aplica à Bahia.

Já as subdivisões da Bahia apresentaram, mais uma vez, padrões muito distintos entre si. Na RM de Salvador, a forte queda da desigualdade dividiu-se por igual entre

crescimento e redistribuição. Nas áreas não metropolitanas do estado, toda a diminuição da pobreza – mais lenta do que nas outras regiões – ocorreu em função do crescimento.

Com efeito, a contribuição das mudanças na desigualdade foi no sentido do aumento da pobreza, o que pode parecer profundamente contraintuitivo, uma vez que, como foi visto, o coeficiente de Gini diminuiu nessas regiões. No entanto, a explicação é simples: o Gini é uma medida sintética da desigualdade que leva em conta as mudanças ao longo de toda a curva de Lorenz, enquanto o componente *redistribuição* da decomposição da pobreza considera apenas as variações na fração da renda apropriada por aqueles que estão na parte mais baixa da distribuição. No caso das áreas não metropolitanas da Bahia, esta fração diminuiu – ou seja, houve uma piora distributiva, que, no entanto, não aparece no coeficiente por ter sido contrabalançada por melhorias distributivas em outros pontos da distribuição.

Previsivelmente, a principal mensagem da tabela 4 é que a maneira mais rápida de se reduzir a extrema pobreza é pelo crescimento pró-pobre. Dois fatores influenciam diretamente este crescimento: aumento da renda e diminuição da desigualdade. Contudo, nenhum dos dois elementos, sozinho, é capaz de resolver o problema. O melhor exemplo disso é o grande sucesso da RM de Salvador no período, pois – ao combinar rápido crescimento e queda da desigualdade – o percentual de pobres foi dividido por três, caindo de 12% para 4%. Cada um dos dois componentes foi responsável por metade desta queda de 8 p.p.

Os dados da tabela 4 também sugerem que os ainda altos percentuais de pobreza no Nordeste, na Bahia e nas áreas não metropolitanas do estado poderiam diminuir muito mais rápido se a redução da desigualdade nestes locais não tivesse sido tão tímida. Isto é verdade tanto no que diz respeito à desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini, quanto à desigualdade especificamente entre pobres e não pobres. Na prática, o crescimento econômico nestes locais não tem beneficiado tanto os extremamente pobres quanto outros grupos. Para que o combate à pobreza seja bem-sucedido no curto e médio prazo, é preciso que isto mude.

**TABELA 4**  
**Decomposição da queda da extrema pobreza – Brasil, Nordeste e Bahia (2003 e 2011)**

Contribuição em p.p.			
Recortes geográficos	Crescimento	Redistribuição	Total
Brasil	-2.7	-2.1	<b>-4.7</b>
Nordeste	-8.2	-1.8	<b>-9.9</b>
Bahia	-8.8	-0.5	<b>-9.3</b>
RM de Salvador	-4.1	-4.0	<b>-8.1</b>
Não metropolitana	-9.5	0.1	<b>-9.4</b>
Contribuição como porcentagem da queda total (%)			
Recortes geográficos	Crescimento	Redistribuição	Total
Brasil	57	43	<b>100</b>
Nordeste	82	18	<b>100</b>
Bahia	95	5	<b>100</b>
RM de Salvador	50	50	<b>100</b>
Não metropolitana	101	-1	<b>100</b>

Fonte: microdados das PNADs 2003 e 2011.

## 4 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou explicar as causas imediatas do crescimento da renda média, da redução da desigualdade e da diminuição da extrema pobreza, entre 2003 e 2011, no Brasil, no Nordeste, na Bahia, na RM de Salvador e nas regiões não metropolitanas deste estado.

Por meio de três tipos de decomposições, procurou-se verificar em que medida as mudanças nesses cinco recortes geográficos seguiram ou não um mesmo padrão e como isto se relaciona com o ritmo mais geral de mudanças nas três variáveis de interesse. Como visto, a renda média cresceu mais nas regiões mais pobres e a diminuição do coeficiente de Gini foi maior nos locais mais ricos, enquanto os percentuais de pobreza caíram em geral pela metade.

No que diz respeito ao crescimento da renda, foi possível caracterizar um padrão geral relativamente bem definido. Em todos os lugares, o aumento da remuneração dos ocupados foi responsável por mais da metade do crescimento médio, seguido à distância pela elevação da proporção de ocupados na população e pelos aumentos tanto na proporção de beneficiários quanto no valor médio dos benefícios incondicionais da seguridade social.

As duas subdivisões da Bahia, contudo, apresentaram desvios dignos de nota por serem antagônicos: na RM de Salvador, o aumento na proporção de ocupados foi muito importante, enquanto a elevação da média das transferências da seguridade social teve pouco peso. No restante do estado, ocorreu o oposto.

Isso denota duas dinâmicas muito distintas do mercado de trabalho e da seguridade social nesses locais. Embora o crescimento dos salários médios tenha sido similar nas regiões metropolitanas e não metropolitanas, o mercado de trabalho desta últimas não conseguiu incorporar uma proporção tão maior da população como ocorreu na RM de Salvador. Quanto à seguridade social, a composição dos benefícios varia nitidamente entre a RM de Salvador e o resto do estado, de modo que aumentos atraídos principalmente por reajustes do salário mínimo têm grandes efeitos nas áreas não metropolitanas, mas poucas consequências, na média, na RM.

A decomposição da queda da desigualdade, por sua vez, não foi capaz de revelar um padrão único nítido. No máximo, pode-se dizer que, nos recortes geográficos mais ricos – Brasil e RM de Salvador –, a melhor distribuição dos rendimentos do trabalho foi o carro-chefe do processo de diminuição da desigualdade, enquanto nas demais regiões as transferências do PBF foram as mais importantes.

Em parte, essas diferenças se explicam pelos próprios méritos do PBF, que é bem focalizado em regiões mais pobres. Contudo, é preocupante que a contribuição do mercado de trabalho nestes locais tenha sido tão pequena, o que explica inclusive a menor redução do coeficiente de Gini. Se há motivos para otimismo nas regiões em que o mercado de trabalho lidera tanto o crescimento da renda quanto a queda da desigualdade, nas demais regiões, a sustentabilidade do processo parece menos provável. No curto e no médio prazo, há espaços para expansões do PBF e até da seguridade social capazes de garantir a continuidade da queda do coeficiente de Gini, especialmente quando se consideram os excepcionais resultados do PBF até agora nestas regiões. Todavia, no longo prazo, há limites para esta estratégia. Promover uma maior desconcentração dos rendimentos do trabalho passará, então, a ser fundamental.

Finalmente, a decomposição da queda na pobreza extrema também não apresentou um único padrão. Em consonância com as outras decomposições, nos locais mais ricos – Brasil e RM de Salvador –, tanto o crescimento quanto a redistribuição foram muito

importantes para a redução da pobreza, com maior peso para o primeiro. Nas demais regiões, que cresceram mais e tiveram menor queda do coeficiente de Gini, a redistribuição apresentou uma contribuição apenas marginal. No caso das áreas não metropolitanas da Bahia, esta contribuição foi na direção oposta – isto é, no sentido de aumentar a pobreza. Isto ocorreu porque a fração da renda apropriada pelos mais pobres diminuiu, o que não aparece no coeficiente de Gini porque outras mudanças ao longo da distribuição anularam seus efeitos regressivos.

De qualquer modo, a decomposição da pobreza reitera que o crescimento pró-pobre é a maneira mais rápida de reduzir a pobreza extrema. Nesse sentido, a RM de Salvador é um caso exemplar, pois – ao aliar rápido crescimento da renda e redução da desigualdade – suas taxas de pobreza despencaram. Em 2003, estas taxas eram mais elevadas do que a média nacional, chegando a quase 12%; em 2011, já estavam abaixo dos 4%, número melhor do que o do Brasil.

Todavia, os ainda altos índices de pobreza nas áreas não metropolitanas da Bahia e em outros locais poderiam ter diminuído bem mais se a queda da desigualdade de renda tivesse sido mais rápida. No futuro, isto pode ocorrer tanto pelas transferências previdenciárias e assistenciais quanto pela diminuição da desigualdade no acesso ao mercado de trabalho e aos rendimentos decorrentes dele. Para que a extrema pobreza seja eliminada e de forma rápida, é preciso que ambas as opções sejam concretizadas.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P. *et al.* A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Eds.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006. v. 1.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Eds.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. v. 2.
- CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2002. (Texto para Discussão, n. 897).
- DATT, G.; RAVALLION, M. Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s. **Journal of development economics**, v. 38, p. 275-295, 1992.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, v. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.

HOFFMAN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, v. 10, n. 1, p. 7-39, 2008.

KAKWANI, N. On measuring growth and inequality components of poverty with application to Thailand. **Journal of quantitative economics**, v. 16, p. 67-80, 2000.

KAKWANI, N.; SUBBARAO, K. Rural poverty and its alleviation in India. **Economic and political weekly**, v. 25, n. 13, p. A2-A16, 1990.

\_\_\_\_\_. Discussion: rural poverty and its alleviation in India. **Economic and political weekly**, v. 26, n. 24, p. 1.482-1.486, 1991.

\_\_\_\_\_. Discussion: rural poverty and its alleviation in India. **Economic and political weekly**, v. 27, n. 18, p. 971-972, 1992.

LERMAN, R; YITZHAKI, S. Income inequality effects by income source: a new approach and applications to the United States. **The Review of Economics and Statistics**, v. 67, n. 1, p. 151-156, 1985.

MOOKHERJEE, D.; SHORROCKS, A. A decomposition analysis of the trend in UK income inequality. **The economic journal**, v. 92, n. 368, p. 886-902, 1982.

OSORIO, R. G. *et al.* **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.647).

OSORIO, R. G.; SOUZA, P. H. G. F. **Evolução da pobreza extrema e da desigualdade de renda na Bahia: 1995 a 2009**. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1.696).

SHORROCKS, A. Inequality decomposition by factor components. **Econométrica**, v. 50, n. 1, p. 193-211, 1982.

SOARES, S. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 83-115, 2006.

SOARES, S. *et al.* Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. *In*: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Eds.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010. v. 2, p. 366.

SOUZA, P. H. G. F. **Poverty, inequality and social policies in Brazil, 1995-2009**. Brasília: IPC-IG/UNDP, 2012. (Texto para Discussão, n. 87).



SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G. **Perfil da pobreza na Bahia e sua evolução no período 2004-2009**. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1.743).

TENDULKAR, S.; JAIN, J. R. Rural poverty and its alleviation in India: a critical scrutiny. **Economic and political weekly**, v. 25, n. 38, p. 2.165-2.168, 1990.

\_\_\_\_\_. Change in number of rural and urban poor between 1970-71 and 1983. **Economic and political weekly**, v. 26, n. 11-12, p. 709-722, 1991.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ULYSSEA, G. (Eds.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. v. 2.





## **EDITORIAL**

### **Coordenação**

Cláudio Passos de Oliveira

### **Supervisão**

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

### **Revisão**

Andressa Vieira Bueno

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Luciana Dias

Marcelo Araújo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

### **Editoração**

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Daniella Silva Nogueira

Daniilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Daniel Alves de Sousa Júnior (estagiário)

Diego André Souza Santos (estagiário)

### **Capa**

Luís Cláudio Cardoso da Silva

### **Projeto Gráfico**

Renato Rodrigues Bueno

### **Livraria do Ipea**

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)



---

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)  
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)  
Impresso em offset 90g/m<sup>2</sup>  
Cartão supremo 250g/m<sup>2</sup> (capa)  
Brasília-DF

---



## Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

